

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.386 - MA (2019/0289528-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : FRANCISCO DE ARAUJO CRUZ (PRESO)**  
**ADVOGADOS : THIAGO REZENDE ARAGAO - MA009529**  
**FELIPE REZENDE ARAGAO - MA013350**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**

## **DECISÃO**

**FRANCISCO DE ARAÚJO CRUZ** alega sofrer constrangimento ilegal o acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão** no HC n. 0805863-84.2019.8.10.0000.

Requer, liminarmente, **a expedição de alvará de soltura ou, subsidiariamente, a aplicação do art. 319 do CPP**, por identificar a ausência de justa causa para a custódia, bem como a inidoneidade dos motivos adotados para converter sua prisão em flagrante, pela suposta prática de crime de roubo majorado, em custódia preventiva.

### **Decido.**

Da análise dos autos, ao menos em um juízo de cognição sumária, **não vislumbro manifesto constrangimento ilegal** a ensejar o deferimento da medida de urgência.

O Juízo de primeiro grau, ao converter a prisão em flagrante do paciente em preventiva, assim fundamentou:

[...]

Passo a analisar a necessidade ou não de custódia cautelar da autuada nos termos do art. 310 do Código de Processo Penal.

É cediço que o art. 310, parágrafo único, do Código de Processo Penal, garante ao réu o benefício da liberdade provisória, desde que estejam ausentes os requisitos da prisão preventiva.

Com efeito, a prisão cautelar preventiva só é cabível em casos excepcionais, com observância dos requisitos e pressupostos descritos no art. 312, do Código de Processo Penal, eis que via de regra, a prisão só deveria ocorrer após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória

No caso dos autos, entendo que o fato narrado é hipótese

# *Superior Tribunal de Justiça*

de decretação de prisão preventiva, estando também presentes os requisitos para sua decretação.

Primeiramente, verifico, em sede de cognição sumária, que o crime em tela é doloso, punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos hipótese descrita no art. 313, inciso I do CPP, o que permite a decretação de prisão preventiva.

[...]

Ademais, **encontra-se presente a gravidade em concreto da ação, eis que realizado em concurso de agentes, com o uso de arma de fogo e com a possível prévio planejamento.**

[...] (fls. 75-76)

Tais elementos afastam, à primeira vista, a plausibilidade jurídica do direito tido como violado, sobretudo em razão de **se mostrarem suficientes as razões invocadas na instância de origem para embasar a ordem de prisão do ora paciente, porquanto contextualizaram, em dados dos autos, a necessidade cautelar de segregação do réu.**

Com efeito, o Juiz de primeira instância apontou, de forma idônea, a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, **indicando motivação suficiente para decretar a prisão preventiva**, ao salientar "a gravidade em concreto da ação, eis que realizado em concurso de agentes, com o uso de arma de fogo e com a possível prévio planejamento".

Assim, não vislumbro, ao menos por ora, constrangimento ilegal a sanar em sede de medida de urgência, de modo que a controvérsia será analisada na oportunidade própria do seu julgamento definitivo.

À vista do exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao magistrado singular sobre os fatos alegados na inicial, devendo informar qualquer alteração no quadro fático atinente à ação penal de que se cuida.

Em seguida, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

